



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – ETAPA 4 – LEITURA COMUNITÁRIA

RELATÓRIO DAS REUNIÕES COMUNITÁRIAS NÚCLEO 2 - OFICINA 5

I - INTRODUÇÃO

Em prosseguimento às etapas e atividades definidas na metodologia realizou-se a 5ª Reunião para a realização da Leitura Comunitária na manhã do dia 24 de Maio de 2022 às 9h30, no Centro de Estudos Ambientais - CEA, situado na Av. Prefeito Jair Toscano de Brito – Praia da Chácara. Contemplando a participação dos moradores dos bairros: Gamboa do Belém, Parque Belém, Banqueta, Nova Angra, Areal, Campo Belo (parte de cima), Sapinhatuba I, Monte Castelo, Sapinhatuba III.



Imagem 01 - Mapeamento das áreas abrangentes da 5ª Reunião Comunitária (foto retirada do SIGA – Sistema de Informações geográficas de Angra dos Reis)



II – REALIZAÇÃO DA OFICINA

Ao chegarem para a reunião os participantes assinaram a lista de presença (Anexo I), receberam um Folder explicativo (Anexo II) do Plano Diretor e um Questionário/Formulário de Mobilidade e Acessibilidade (Anexo III) que após preenchidos foram devolvidos à equipe do IMAAR com objetivo de contribuição e uma leitura a respeito destes temas.

A quinta Reunião Comunitária dando continuidade ao processo de consulta à população sobre leitura/visão da cidade, teve início às 9h45 do dia 24 de Maio de 2022, no Centro de Estudos Ambientais - CEA. A Reunião foi aberta pela Assessora de Planejamento Urbano e Territorial do Instituto Municipal do Ambiente, arquiteta Maria Leonor Rodrigues, com a Apresentação da Capacitação (Anexo IV) explicando a importância do Plano Diretor para o desenvolvimento da cidade. Em seguida, apresentou aos participantes a equipe do IMAAR os arquitetos Carlos Yahgo, Mariana Sobral e Sheila Richa, a engenheira civil Virgínia Araújo e o agente fiscal de Urbanismo Eduardo Brasileiro.

Dando continuidade a apresentação foi explicado o objetivo da reunião, a programação e as regras da reunião. Após foi solicitado aos presentes que se apresentassem com nome, endereço, profissão e o que esperavam da reunião.

Brevemente os presentes se apresentaram, sugeriram demais formas de divulgação das reuniões, um dos participantes disse que gostaria de saber as propostas previstas para o seu bairro.



Imagem 02 – Apresentação dos participantes



Retomada a apresentação da Capacitação foi explicado: O que é um Plano Diretor; O que tem em um Plano Diretor; Quais as Leis que serão revisadas; Os novos temas inseridos: Acessibilidade e Mobilidade Urbana, que serão acrescentados nesta Revisão; Como é feito um Plano Diretor desde a formação da equipe Técnica, da importância da Participação Popular, da coleta de dados com a população, dos diagnósticos/relatórios, das diretrizes para as criações das propostas, da elaboração da MINUTA DE LEI, das audiências públicas e do encaminhamento do PROJETO DE LEI para aprovação na Câmara Municipal.

Encerrada a 1ª Etapa da Reunião, Capacitação, foi iniciada a apresentação da Dinâmica (Anexo V) a ser realizada com a população, sobre a visão, vivência e contribuição de cada pessoa/morador e sua importância para a Revisão do Plano Diretor. Foi explicado como será a Dinâmica e o objetivo da reunião.

Na fase seguinte à apresentação, a equipe do IMAAR se dividiu em mesas de trabalho com a população (2 grupos) e distribuiu fichas coloridas, onde a população descreveu nas fichas rosas os **PROBLEMAS** do seu bairro/região; nas fichas amarelas (coluna a esquerda dos problemas) descreveram o que acreditam ser a **CAUSA** deste problema e nas fichas brancas (coluna à direita dos problemas) a **CONSEQUÊNCIA** que este problema gera para a população, para a cidade; e nas fichas de cor azul descreveram **DIRETRIZES** que acreditam solucionar tal problema. Alguns temas foram abordados como infraestrutura, patrimônio, desenvolvimento urbano, ambiental e econômico.

Na 2ª parte da Dinâmica descreveram em fichas verdes as **POTENCIALIDADES** do seu bairro/região, nas fichas brancas (coluna a esquerda das potencialidades) descreveram o que acreditam ser a **OPORTUNIDADE** desta potencialidade e nas fichas amarelas (coluna à direita das potencialidades) o que acreditam ser o **IMPEDIMENTO**.



Imagem 03 – Mesa de trabalho grupo 1 e 2 nos fundos



Após a dinâmica, o material elaborado pelos grupos foi apresentado em quadro para leitura e contribuição de todos participantes, e na fase seguinte a apresentação foi aberto o debate por temas, permitindo que cada um tivesse a oportunidade de fazer suas colocações, contribuições, questionamentos.



Imagem 04 – Material elaborado pelos grupos



Imagem 05 - Material elaborado pelos grupos

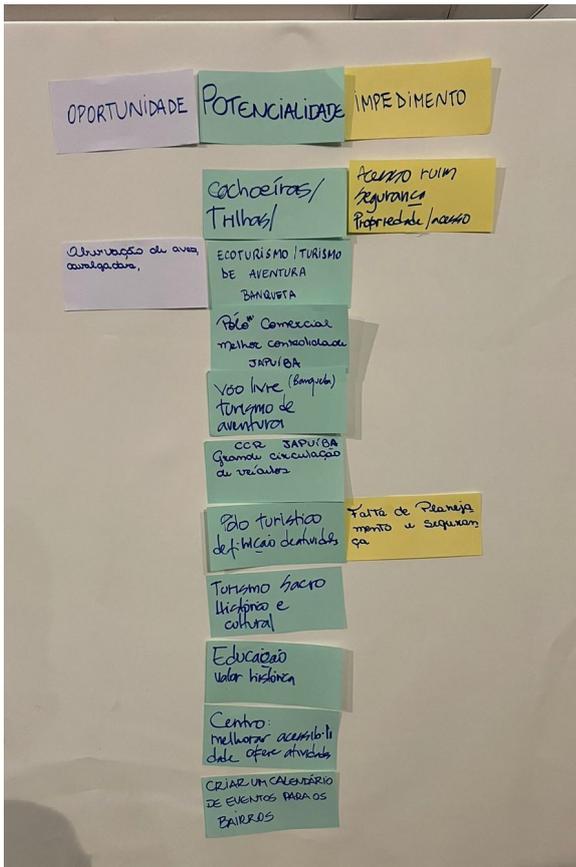


Imagem 06 - Material elaborado pelos grupos

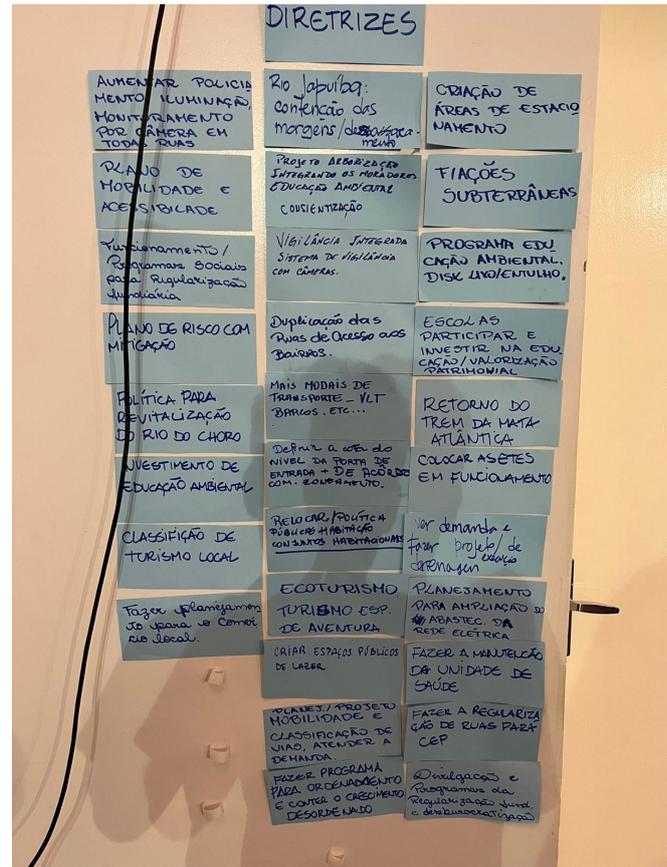


Imagem 07 - Material elaborado pelos grupos

Esgotados os questionamentos e discussões, passou-se para a etapa final da dinâmica foram revisadas as demandas e elencaram as diretrizes. Maria Leonor explica que em prosseguimento às etapas e atividades definidas na metodologia da Revisão do Plano Diretor, a equipe técnica do IMAAR irá elaborar os relatórios e diagnósticos através dos materiais produzidos nas reuniões comunitárias.

Maria Leonor encerra a reunião solicitando que a população não deixe de participar da Revisão do Plano Diretor, que participem das demais Reuniões Comunitárias que acontecerão de acordo com o calendário. Explicou também que há outras formas da população participar além das Reuniões Comunitárias, como abertura de processos junto a PMAR (Prefeitura Municipal de Angra dos Reis) até setembro de 2022, enviando contribuições, dúvidas, críticas ou sugestões para o e-mail planodiretor@angra.rj.gov.br, respondendo o Formulário/Questionário de Participação que está disponível no site do Plano Diretor de Angra dos Reis <https://planodiretor.angra.rj.gov.br>. Abordou também que após as reuniões comunitárias haverá as reuniões setoriais que incluem a sociedade civil organizada, e que grupos que tiverem interesse de marcar reuniões com temas específicos podem estar entrando em contato com a equipe do IMAAR para marcarem novas reuniões até setembro.



Imagem 10 – Material elaborado pelos grupos

Reunião 05: Centro de Estudos Ambientais – 24/05/2022

Bairros atendidos: Gamboa do Belém, Parque Belém, Banqueta, Nova Angra, Areal, Campo Belo (parte de cima), Sapinhatuba I, Monte Castelo, Sapinhatuba III.

Quadro Síntese - Apresentação do material elaborado pelos grupos

CAUSA	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIA
INFRAESTRUTURA		
Rede Antiga - Precária	Não tem oferta adequada para demanda	Falta de água/ Qualidade ruim da água
Falta de manutenção, drenagem, limpeza, manilhas, valão e Iluminação	Má condição das vias públicas	Dificuldade / impedimento de acesso e locomoção / segurança
Obstrução da foz do córrego/ itinga	Inundação da Vias (Córrego Embú) – Enseada dos Girassóis	Vias intransitáveis
Falta de interesse do poder público	Ausência de atuação do poder publico –Enseada dos Girassóis	Risco de invasão, áreas públicas já particulares invadidas
Falta de programas iniciativas e espaços públicos e privados	Falta diversidade de opções de área de lazer / Inexistência de área de lazer como praças, quadras.	Criminalidade, perspectiva de futuro para jovens, ociosidade
Ineficiência dos órgãos públicos	Burocracia e demora nos processos/ IPTU/ Regularização fundiária	Envareamento, não resolve os processos
Não tem programação de atendimento	Posto de saúde não tem médico	Oneram pela busca em serviço privado, proliferação de doenças, morte, deslocamento para o centro
SSAE não repara os cortes no asfalto	Manutenção ineficiente	Ruas esburacadas



Tratamento inadequado	Qualidade da água ruim	Doenças, falta de água
Falta de Substação	Energia elétrica não constante – Péssima	Perdas, prejuízos, bens materiais, comida, prejuízo dia a dia do cidadão e comércio
O processo burocrático e o custo	Legalização dos relógios	Sem energia, insegurança, gato de energia
	Iluminação pública	Falta de segurança, acidente, acesso...
DESENVOLVIMENTO URBANO		
Falha técnica do plano de manejo da APA	Zoneamento – conflito entre APA Tamoios e Legislação Municipal	Dificuldade/ impedimento de licenciamento
Falha técnica da revisão da Lei de zoneamento de 2009	Zoneamento municipal ZR/ZIAP da BR 101	Dificuldade/impedimento de Licenciamento/ atraso econômico
Não tem outra empresa, concorrência	Falta de alternativa de transporte público	Dificuldade de Mobilidade, demora insatisfação, atraso das pessoas
	Ônibus cheios, horários muito prolongados de espera	
Falta de integração, interligação	Transporte público, não tem acesso algum a bairros como Sertão do Bracuí	Não acessam o transporte, dificuldade para fazeres do dia a dia.
Poucos fiscais, falta de projeto/programas sociais para a população	Falta fiscalização e regularização. Construções irregulares	Construções irregulares, crescimento desordenado
Falta de projeto e obras	Crescimento desordenado	Saturamento dos serviços públicos, favelização
Falta de planejamento	BR como principal, via de circulação x via interbairros	Não atende os pedestres
Acesso ao processo	CCR Pedágio	Em relação a usina, comprometimento da rota de fuga, risco de vida
	Rio Bracuí - assoreamento	Transbordo/ inundação, transtorno
	Rua Paraíba a Rua Maria Sabino, melhor pavimentação	
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
Falha técnica do zoneamento	Ausência de Zona Comercial	Falta de investimento e procura investimentos
Falta de investimento dos empresários	Burocracia para entrada de novas empresas	Falta emprego e oportunidade
Não investimentos do setor privado	Falta de investimentos do poder público em novos negócios	Procura de serviços em outros locais, emprego e renda
	Falta de áreas pelo poder público para Iniciativa privada	
DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL		
Abandono da APA Tamoios	Falta de Gestão do Mangue	Invasão/ degradação ambiental
Definição / adequação adequada do zoneamento INEA/PMAR	Dificuldade de Legalização devido a zoneamento	Irregularidade
	Legislação ambiental muito restritiva,	



	sobreposição	
Falta de interesse/conhecimento, incentivo público, falta de projetos	Falta de programas para ecoturismo, turismo sustentável	Perda de geração de renda, emprego, parcelamento irregular
Não ter saneamento	Valão poluído na Itinga, Rio Imbú	Poluição
PATRIMÔNIO		
	Igreja do Quilombo sem manutenção	
	Não valorização do patrimônio atual	
Falta de manutenção	Igreja São José, da Santa Rita, ruínas do engenho abandonadas	
	Não reconhecimento do Rio Bracuí como patrimônio	

DIRETRIZES

Criar programa de regularização para construção irregular
Viabilidade de regularização/ ordenamento
Criar legislação/ programa para regularização. Desburocratização
Demanda e projeto para saneamento
Patrimônio natural – Rio Bracuí
Processos menos burocráticos para legalização de relógios
Verificar as áreas consolidadas x regularização
Demanda projeto para tratamento de água
Patrimônio cultural – quilombola e indígenas
Verificar alagamento nas ruas e ver solução
Rever o zoneamento
Ver quais principais atividades de lazer e criar projetos (diversificar)
Levantamento da demanda do bairro - lazer/pavimentação
Criar programas com incentivos para entrada de novas empresas
Rever zoneamento local
Prefeitura receber pessoas / empreendedores para iniciativa
Transpor zoneamento sobreposição de leis
Fazer projeto para saneamento para Rio Imbú
Criar programas para ecoturismo
Projeto, execução e funcionamento adequado do tratamento da água
Melhora no sistema de mobilidade
Ordenamento e maior controle da ocupação irregular
Valorização da cultura indígena e quilombola



Acesso ao projeto da CCR, compatibilização com a cidade
Programa para ordenamento da construção irregular
Tornar patrimônio o Rio Bracuí
Criar região administrativa

Oportunidade	Potencialidade	Impedimento
Novos negócios	Polo econômico	Legislação ambiental
Emprego e renda para fixar morador	Ecoturismo	Falta incentivo / falta de projeto, legislação
	Explorar rios com esportes como canoagem, não motorizados	
Exploração turística	Cultura Quilombola	Falta de programa
	Cultura indígena	
Geração de renda	Programa de regularização EDILICIA x Arrecadação municipal	Falta de programa
Valorização do bairro/ turismo	Rio Bracuí paisagístico	Fazer o projeto